DITADURA MILITAR

POR RUDÁ RICCI

WWW.RUDARICCI.COM.BR

SUMÁRIO

3 AOS QUE SAEM ÀS RUAS EM BUSCA DE UM PAI SEVERO

5 QUANTOS AMIGOS SE PERDERAM DURANTE O REGIME MILITAR

7 A UNIVERSIDADE COMO OÁSIS DURANTE O REGIME MILITAR

9 GREVES, PIQUETES E PAULADAS

11 NAS GRANDES CIDADES ERA MAIS FÁCIL CRITICAR A DITADURA

13 QUANDO O TELEFONE ERA GRAMPEADO COMO AMEAÇA

15 ESQUERDA ERA ESQUERDA, DIREITA ERA DIREITA

17 QUANDO A DITADURA ACABOU

Rudá Ricci

WWW.RUDARICCI.COM.BR

Vilarejo Comunicação

www.vilarejocomunicacao.com.br

AOS QUE SAEM ÀS RUAS EM BUSCA DE UM PAI SEVERO

Manifestantes pedem retorno da Ditadura

Chega a ser constrangedor ver jovens (os velhos estão sempre à beira do pânico porque buscam a vida eterna e sabem que ela não existe) bradando pela volta dos militares. Felizmente, muitos militares aprenderam que suas instituições são mais poderosas e respeitadas se não ingressam no jogo político, tortuoso e que consome tempo e energia no estudo de lances que fazem desta área de atuação humana uma trama que não chega ao fim. Perdedores e vencedores se alternam numa corrida maluca que tem nos eleitores, muitas vezes, seus espectadores sádicos ou histéricos.

Jovem sempre aponta para o futuro. Um futuro que, acreditam, será épico e profundamente inovador, reconstruindo todas as relações, remodelando instituições, transformando tudo e todos num pêndulo entre a poesia e a guerra. Mas, jovens também são contestadores da ordem. Há relação entre esses dois polos juvenis – o desejo de um futuro épico e a contestação da ordem. No caso, qual é a ordem que vivemos no Brasil? A de uma agenda rooseveltiana implantada em doze anos de governos petistas. A ordem parece ainda mais eterna com a segunda reeleição dos petistas no comando do Palácio do Planalto. Muitos dos jovens que seguram cartazes pouco amistosos nas ruas de São Paulo (nas outras cidades onde seus pares saíram não chegaram a formar uma banda de rock) externalizam sua indignação com esta ordem. Vianinha dizia que nem tudo que é novo é revolucionário. Mas, sejamos sinceros: jovem não está muito preocupado com isto, não?

Então, gostaria de socializar o que foi ser jovem na ditadura militar. Aliás, adolescente e jovem. Não vou, aqui, fazer teoria. Vou narrar. Uma ou outra passagem de minha vida naquele período. Talvez, narrando, alguns desses jovens que querem qualquer mudança, reflitam – ainda que por poucos segundos – que o regime militar e as verdades reacionárias não são o melhor caminho. Contestar e discordar são direitos inalienáveis. Mas, a pressa juvenil, muitas vezes, aponta para o lado inverso do que o coração deseja.

Pois bem, se imagine em 1977, com quinze anos de idade (quase dezesseis). O local é uma escola estadual. Um calor dos infernos. Naquela época, o governo militar havia implantado em todas escolas públicas um curso semiprofissionalizante para preparar o ingresso no mercado de trabalho. Não adiantava você afirmar que não queria fazer este curso/cadeira. Era obrigatório. Na escola onde estudava, o Instituto Índia Vanuíre, fui obrigado

a assistir aulas de marcenaria. O professor era ótimo. Mas o calor era ainda maior e o barulho era de deixar o cabelo em pé, o que moldava um penteado dos mais exóticos, já que o suor e a serragem criavam um quase penteado moicano.

Um dia, eu e uns amigos pensamos em solicitar à direção da escola que ao menos suspendesse o uso do guarda-pó que éramos obrigados a usar sobre a camisa branca, a calça de tergal cinza, tendo aos pés as meias de algodão enterradas no sapato preto, com cadarço. Éramos obrigados a usar aquele guarda-pó até mesmo fora do salão onde nos tornávamos aprendizes de marcenaria, construindo banquinhos mal-ajambrados ou bandejas "adornadas" com azulejos. Fizemos um abaixo-assinado, que para nós nada mais era que uma carta assinada por vários alunos, com o singelo pedido e entregamos para a diretora da época, que era apelidada de "Algodão Doce" em virtude de um penteado especialíssimo que utilizava.

Infelizmente, nossa diretora não era tão doce como seu ambicioso cabelo sugeria. Naquela época, idade não era documento. Aliás, quanto mais jovem, mais escancarado era o risco do pecado original. Uma inversão de valores biológicos: mais jovem, mais pecador; mais velho, mais ingênuo e puro.

A diretora, pressionada pela cultura da delação – que, agora, volta nas páginas dos jornalões e revistonas – se apavorou. Afinal, o que fazem seus alunos, ao invés de se resignarem ao suor que escorre sobre suas frontes, escrevendo abaixo-assinados no intervalo de aula? Qual potencial terrorista estaria ali inoculado, aguardando o momento para superar sua perigosa fase de pupa. Não teve dúvidas e nos denunciou ao DOPS (na verdade, SOPS), o temido departamento que "garantia" a ordem social e política durante o regime militar. Lá foram nossos pais prestar depoimentos para averiguação de qual adulto comunista estava manietando os incautos adolescentes suados que utilizavam aquele estranho penteado moicano de pouca duração (avalio que os policiais de plantão não estavam tão preocupados com os penteados, já que naquela escola a moda era adotar cabelos inusitados até para marcianos).

Esta é uma primeira historinha de como agir infantilmente era sinônimo de prototerrorismo naqueles dias de ditadura. Os jovens histéricos que adoram dizer que estão envergonhados e solicitam a proteção do Pai Militar, este mito reacionário da utopia da devoração de almas, nem imaginam que se seu desejo se realizasse, nesta hora estariam em fila, prestando depoimento sabe-se lá onde, após terem sido massageados e passarem por uma remodelagem estética gratuita.

Em 1977, descovbri os motivos para meus familiares pedirem para falar quase sussurrando quando o assunto era política. Até então, imaginava que era delírio, já que tinha certeza que as paredes não ouviam. Depois do abaixo-assinado que entregamos ao "Algodão Doce", esta crença foi para o espaço.

(Esta é a primeira de uma série de histórias pessoais no período final da ditadura. Espero que esta juventude que grita aqui e em algumas poucas ruas do país pedindo a volta da ditadura, ao menos leiam. Não peço nada mais, já que aprendi, duramente, que ser dirigido por outros é o fim da liberdade de errar).

Escola Índia Vanuíre em 2011

Rudá Ricci

QUANTOS AMIGOS SE PERDERAM DURANTE O REGIME MILITAR

Este é o segundo artigo da série sobre o que era ser jovem durante o regime militar. No artigo anterior, relatei como fui rotulado, sem mais nem menos, como provável terrorista quando tinha 15 anos de idade e usei como minha terrível arma destrutiva um abaixo-assinado onde eu e amigos solicitávamos o uso de um guarda-pó durante os intervalos de aula.

"A vida não é justa", dizem os norte-americanos. Mas não precisa ser cruel. Durante aqueles anos, viver era um risco. Principalmente para os jovens. Aliás, risco pesado para o jovem que se comportasse como tal. Usar cabelo comprido era sinal de uso de droga e, portanto, atentado contra a ordem e os bons costumes. Se usasse uma bolsa feita com lona, cujas alças fossem tão compridas que o bojo roçasse a calçada ao andar, aí o perigo seria gravíssimo. A "multa" ou os "pontos perdidos na carteira" eram, digamos, um pouco mais sérios do que os que envolvem o jovem que levanta seu cartaz pedindo para a Presidente reeleita cair fora, pode imaginar.

Com 16 anos, fui morar na capital de São Paulo para fazer o último ano do ensino médio (que, na época, se chamava "colegial"). Eu tentei usar cabelo comprido, mas o máximo que consegui foi um penteado que lembrava o Rolo, personagem criado por Maurício de Souza. Naquela época, andar pelo centro de São Paulo com mais de dois amigos não era muito bem visto pelo pessoal das rondas ostensivas da PM paulista.

Sabe como éramos abordados? Tente rodar o filme na sua mente. Você está conversando com uns três amigos bem jovens que, como você, tentam ser descolados, mas ainda são os tímidos do interior paulista. Para quebrar a timidez, duas ou três cervejas que acompanharam uma montanha de esfirras devoradas em um bar próximo da Praça Roosevelt, depois de assistirmos a um show de Caetano Veloso no majestoso Theatro Municipal. O som na cabeça, a alegria de ver mais ou menos de perto um compositor genial, o estômago quente e a cabeça a mil.

Evidentemente, estávamos rindo, mas procurando manter aquele ar de mistério – por dentro, um vazio – que cai bem nos jovens que querem confrontar tudo e todos. Tudo vai bem, tudo legal até que…. Um fusca, abarrotado de policiais, se joga na calçada, quase nos atropelando. Saem do carro três ou quatro policiais armados – não vou dizer que até os dentes porque não daria para gritarem os palavrões e frases de intimidação que despejaram sobre nós como uma metralhadora vindo de um prostíbulo famoso da rua Aurora. Exigiram nossas carteiras de trabalho (logo para estudantes recém chegados do sertão paulista???). A carteira de trabalho, nos tempos

Ação policial no período da Ditadura

Rudá Ricci

Fusca usado pela PM nos Anos de Chumbo

Réplica de cadeira elétrica usada como método de tortura pelos militares

da ditadura, era passaporte para provar ser trabalhador. O que, por algum motivo, nos livrava da pecha de vagabundos, baderneiros ou terroristas (não necessariamente nesta ordem).

Uma delicada abordagem como esta já era suficiente para você incluir uma luz amarela no seu cérebro. Isto é que é ditadura: a censura vem de sua mente, como autoproteção. Foucault explorou bem este mecanismo mental em seu belo livro "O Olho do Poder".

Termino aqui, lembrando o que ocorreu com um daqueles amigos que assinou o abaixo-assinado pelo fim do guarda-pó. Não vou citar o seu nome, mas os amigos da época saberão de quem se trata. Depois de prestarem depoimento no DOPS, nossos pais deram alguns "conselhos". Evidentemente, quase todos esquecemos tais conselhos em poucos segundos. Queríamos saber do que, afinal, estávamos sendo acusados e nomeados. Já sabíamos que era algo muito perigoso. O primeiro passo foi retirar alguns livros – digamos que emprestados – de uma seção da biblioteca da escola que possuía uma tarja de alguma cor e que eram proibidos de serem lidos. Algo que nunca entendemos direito (afinal, não seria mais fácil retirá-los das estantes de uma vez por todas?). Mas, se eram proibidos, possivelmente tinham relação com o que estavam nos acusando. Eram livros de Jorge Amado. Devoramos e formamos um grupinho de discussão, após a leitura. Foi nosso passo para entender o que era ser de esquerda.

Muitos de nós, dali por diante, fomos nos encaminhando para grupos de oposição à ditadura. Nem todos. Mas, um deles, o mais jovem, que tinha um irmão mais velho vinculado ao MR-8, era o mais envolvido emocionalmente com as descobertas marxistas. Parecia um gênio incompreendido e até seu andar era estranho, lembrando um nerd com espinhos no pé. Ganhou, logo, o apelido de "spy". Até hoje imagino que ele deve ter inspirado algumas histórias de White Spy and Black Spy.

O fato é que este amigo foi duramente perseguido, preso, ameaçado e grampeado. Não fazia muito mais que ajudar na distribuição do jornal Hora do Povo.

Um dia, já na faculdade, um amigo em comum me liga. Muito abalado, diz que ele havia recebido um mendigo, destroçado, sujo, vítima de um ataque brutal, no pronto socorro do hospital-escola. O mendigo não falava coisa com coisa, mas parecia que o reconhecia. Ao limpá-lo, percebeu alguns traços que o remetia à adolescência. Era "spy".

Rudá Ricci

A UNIVERSIDADE COMO OÁSIS DURANTE O REGIME MILITAR

Entrei no Direito na PUC-SP quando tinha 17 anos. A PUC era uma festa (acho que até mais que Paris). Cartazes por todos os lados formando uma decoração psicodélica em todas paredes da universidade. Debates sobre tudo. Um turbilhão de ideias e experimentações. Uma constelação de intelectuais: de Florestan Fernandes a Décio Pignatari, passando por Paul Singer e Walter Barelli, Luiza Erundina, Aldaísa Sposati, Franco Montoro… intelectuais para todos os gostos.

O grande totem era o TUCA, o teatro emblemático. Nele, em 1979, quando eu ainda era estudante secundarista, uma multidão foi recepcionar a volta de Paulo Freire ao seu país. Não consegui entrar no TUCA para ouvir e ver o maior dos nossos educadores, tantos eram os que se apinhavam na porta, nos corredores, na rua. O clima era de muita emoção e lembrava a torcida do Corinthians, quando, sem se conhecer, os torcedores se abraçam e comentam cada lance como se fossem amigos desde antes de nascerem. Paulo Freire falava, não tenho como esquecer, da caminhada com um líder africano que, de repente, pegou em sua mão (um costume em vários países africanos) e saiu, horas a fio, de mãos dadas com o genial pernambucano. Paulo, enquanto andava, pensava: e se tirarem uma foto e publicarem em algum jornal brasileiro?

Na porta do TUCA, uma quantidade indescritível de mesas com tudo o que se pode imaginar de publicações (jornais, revistas, livros) de toda fauna da esquerda brasileira. A mais exótica era a banca da Quarta Internacional Posadista. Era passar os olhos sobre os livros que versavam sobre tudo, de música à economia, para achar o mesmo autor em todas: J. Posadas, o companheiro argentino Homero Rómulo Cristalli Frasnelli. Posadas não era conhecido apenas por sua versatilidade literária, mas também por crer que os extraterrestres estavam entre nós e, como portadores de uma sociedade muito desenvolvida, se organizavam numa lógica comunista. O que uma coisa tinha a ver com outra era pouco explicado, mas fazia a cabeça de uns dez ou doze militantes.

TUCA – Fachada atual

Rudá Ricci

O TUCA, naquela noite de 1979, nem parecia ter sido, dois anos antes, palco de uma guerra campal. Em 22 de setembro de 1977, Erasmo Dias, então secretário Estadual de Segurança Pública, comandou a invasão da PUC, onde a UNE (União Nacional dos Estudantes) realizava uma reunião. Dois mil estudantes estavam reunidos numa assembleia. A ditadura, que alguns brasileiros sem memória invocaram nos últimos dias, não teve dó. Policiais atacaram com cassetetes e bombas de gás. Alguns estudantes sofreram graves queimaduras. Outros caíram da rampa e foram pisoteados. Setecentos estudantes foram conduzidos em ônibus da prefeitura ao Batalhão Tobias de Aguiar; vários foram direto ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

Dom Paulo Evaristo Arns não acolheu apenas Paulo Freire. Acolheu muitos exilados das tantas ditaduras que se instalaram no nosso continente. Na minha sala, conheci María Luz Osimani, exilada uruguaia que, já de volta ao seu país (alguns anos depois), se tornou a premiadíssima diretora do programa nacional de atendimento aos aidéticos do Ministério da Saúde do Uruguai. Hoje pode parecer exagerado, mas naqueles dias cinzentos, todos os exilados e militantes brasileiros que estudavam na PUC, a despeito do clima de abertura, tinham muito medo de espiões e provocadores do regime militar. Um clima contaminado, em que todos desconfiavam das sombras. Num determinado momento, descobrimos que um de nossos colegas de sala de aula era membro da inteligência policial. O pavor que tomou conta da mente do companheiro de Luz nos dias seguintes foi desesperador. Naquele período em que as greves já povoavam as manchetes dos jornais e revistas e que já se falava em partidos que superariam o AI-2 – que instituiu a eleição indireta e criou, no ato complementar 4, dois únicos partidos tolerados pelo regime militar -, o clima tenso de desconfiança e perseguição gerava um mundo paralelo, uma perigosíssima fantasia escrita por um sádico discípulo de Lewis Carroll.

Anos antes, era comum que agentes policiais se postassem em várias salas de aula de faculdades, principalmente as dos cursos da área de humanas, portando gravadores enormes, enquanto professores tentavam desenvolver uma perigosa aula sobre Idade Média ou sobre o conceito de Estado. A ameaça não era velada. Era escancarada, jogada na cara de quem ousasse duvidar que se tratasse de uma ditadura. Uma "técnica de persuasão" que se espraiou pela América do Sul. No início dos anos 1970, estive com minha família no Chile. Em Santiago, deparei com os famosos gravadores gigantes portados pelos agentes de segurança que adoravam fazer cara de poucos amigos. Encontramos vários deles nas ruas, como formigas em dia de chuva, saindo por todos os cantos, sobrancelhas arqueadas atrás dos indefectíveis óculos escuros (que mais pareciam escudos de tão desproporcionais), encarando todos como se o perigo morasse ao lado.

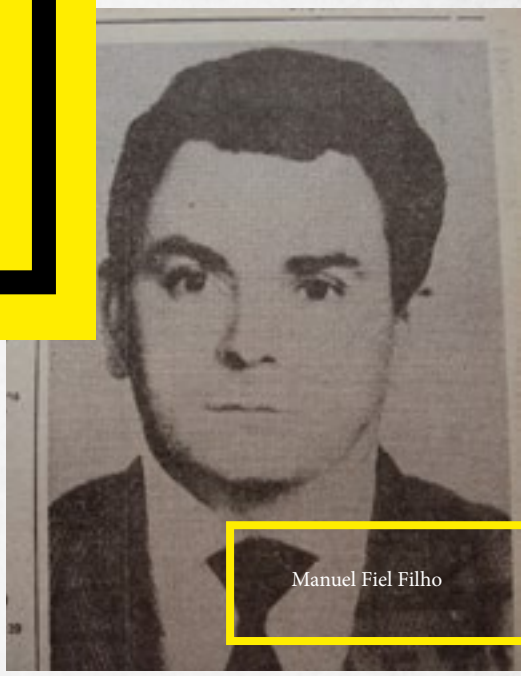
As universidades, no final dos anos 1970, pareciam oásis. Muitas vezes, contudo, não passavam de miragens. Hoje, é quase banal se falar das greves de 1979 e início dos anos 1980. Os relatos se referem a atos heroicos num momento em que a ditadura militar arqueava. Não era assim tão simples.

D. Paulo Evaristo Arns e Paulo Freire

Em 1983, estudantes levaram elefantes para a porta do TUCA para simbolizar o peso da Ditadura

Rudá Ricci

GREVES, PIQUETES E PAULADAS


Manuel Fiel Filho

Hoje, é quase banal se falar das greves de 1979 e início dos anos 1980. Os relatos se referem a atos heroicos num momento em que a ditadura militar arqueava. Não era assim tão simples.

Convocar e discutir uma greve poderia gerar uma delação que custaria a vida. Lembro-me das conversas que tive com Zé Pedro, dirigente metalúrgico de Osasco, ex-militante da Ação Popular, contando o temor que envolvia a todos quando se conversava na fábrica sobre a possibilidade de uma paralisação. Dez minutos para o cafezinho e uma rápida conversa, passando um "mosquitinho" (um boletim sindical minúsculo e clandestino). Hoje é conteúdo de livro, mas um dia foi risco de vida. Este foi o caso de Manuel Fiel Filho.

O caso de Manuel é tão agudo e angustiante quanto o de Herzog. Na manhã do dia 16 de janeiro de 1976, Manuel foi procurado na Metal Arte, onde trabalhava, por dois homens que se identificaram como agentes do DEOPS e o "convidaram" a prestar esclarecimentos. Sua casa foi invadida, revistada e, em seguida, o operário teve a permissão de conversar por alguns minutos com sua família. Foi encaminhado para o DOI-CODI do II Exército e essa foi a última vez que a esposa e as filhas o viram vivo. Das 8h30 do dia seguinte até o final da manhã, foi interrogado até que os agentes "da ordem" descobriram que ele recebia, com certa frequência, oito exemplares do jornal Voz do Operário. O veredito foi: vinculado ao PCB. Às 13h00 do dia 17, Manuel foi encontrado morto em sua cela. A mentira de sempre: teria se enforcado com suas meias.

No final dos anos 1970, o movimento sindical ressurgiu, em meio à ditadura. Jovens engajados e que ansiavam pela volta do irmão do Henfil arregaçaram as mangas. Pode parecer loucura ou irracionalidade, mas jovem não combina com censura. Desejar a liberdade era parecido com respirar ar puro. Não eram muitos, mas dava para encher as arquibancadas de um jogo de futebol da Portuguesa ou do América (podem escolher o Estado onde existe um América que não estará muito longe da "multidão").

Eu já estudava na PUC-SP. Dom Paulo Evaristo Arns, num dos encontros com estudantes, nos conclamava a visitar a periferia de São Paulo, conhecer nossos irmãos que sofriam. Citava São Bernardo do Campo e as greves que por lá pipocavam. Dom Paulo sempre foi meio estranho para mim. E sempre me comoveu. Outro dia, Padre Ticão pediu para que escrevesse um breve artigo sobre a importância de Dom Paulo na vida dos estudantes da PUC. Travei. Fiquei emocionado e não consegui expressar o que ele representou, de fato. Dom Paulo tinha um jeito conservador de ser, mas uma mente aberta e absolutamente comprometida com a noção de irmandade e gratuidade. Quando essas duas palavras se juntam – irmandade e gratuidade – o medo se dissipa. Tente provar. É um santo milagre.

Algum tempo depois, me envolvi com o Centro de Pastoral Vergueiro, quase saída de São Paulo. O CPV foi fundado em 1973 pelos frades dominicanos, os mais politizados, que tiveram entre si Frei Betto e Frei Tito. A ideia fundamental era preservar a memória de resistência e organização popular, divulgando-a para a transformação social. Lembro-me de Frei Romão e sua imensa paciência para com minha ansiedade. E Antonina, a engajada socióloga. Nos anos 1980, o CPV apoiou a organização de movimentos sociais e sindicais. Produzíamos boletins, reproduzíamos textos clássicos do movimento operário, organizávamos arquivos com boletins, jornais operários e da esquerda, da igreja, da Teologia da Libertação.

Foi ali que aprendi o que era "porta de fábrica". Acordar às 4h e distribuir boletins na porta de várias fábricas do ABCD paulista, durante a troca de turnos. Eram jornais, no meu caso, da Oposição Metalúrgica de São Paulo, que criticavam a atuação adocicada do Partidão (PCB), à frente do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista.

Distribuir jornais era um bom exercício de humildade para um filho da classe média. Os operários adoravam carne fresca. Depois da panfletagem, éramos batizados com um café misturado com cachaça.

Lula em meio aos grevistas

Uma beleza para o estômago ainda adormecido e acostumado à comidinha da mamãe. E, ainda, sob o olhar sacana de uma dezena de peões. Pode parecer engraçado, mas vivíamos sob os auspícios de uma ditadura feroz.

Termino com o exemplo da greve dos bancários, que participei como pau para toda obra. Em 1979, a oposição bancária de São Paulo assumiu a direção do Sindicato. Eu participava de todas reuniões das oposições sindicais. Frequentava as reuniões do Sindicato dos Jornalistas, da Oposição Metalúrgica de São Paulo e das reuniões dos bancários. Era comum os dirigentes sindicais pedirem ajuda para os estudantes na formação de piquetes, aqueles cordões que impediam que trabalhadores furassem as greves. Não era um jogo tranquilo. Os cavalos da PM montada eram delicadamente atirados sobre piqueteiros e grevistas. Mas, para quem é corinthiano, a presença equina da PM já era bem conhecida. Acontece que, durante as greves, rolava uma bola de búrica. Uma não. Umas centenas. O que impedia a evolução graciosa do trote dos cavalos.

Na greve de setembro de 1985, os bancários paulistanos envolveram 500 mil trabalhadores. Fui até o centro da cidade para ajudar no que fosse preciso. Peguei o metrô na estação Santa Cecília e desci na Praça da Sé. Quando atravessei a catraca, o caos caiu diante dos meus olhos. Gás lacrimogêneo por todos os lados e, lá à frente, uma espécie de batalhão de Robocops, usando seus cassetetes como "espanta mosquito". Vinham em linha, caminhando sem pressa e sem mudança de rumo. Saí correndo pelas escadarias da estação de metrô – já não dava para voltar atrás – e caí na Praça da Sé. Há poucos metros, uma senhora apanhava sem piedade por uns três membros do Batalhão de Choque. Sorte deles que ainda não havia a Lei Maria da Penha. Bater parecia um esporte e havia uma aula a céu aberto sobre as variações possíveis no uso de cassetetes que faria Marquês de Sade ruborizar.

Ainda encontrei um dirigente do sindicato dos bancários no meio da fumaça. Até tentei falar com ele, jovem que era, mas o olhar que me atirou revelava que o melhor era cuidar da minha vida.

Esta é a experiência da juventude quando decidia se engajar na organização dos trabalhadores. Coisa que "Os Meninos da Paulista" nem imaginam que possa ter ocorrido, tão atentos estão na preservação de seu penteado.

Na verdade, são as meninas dos protestos de junho de 2013 e dos protestos durante a Copa do Mundo de 2014 que conheceram algo parecido. Por este motivo, quando vi o que ocorria nas ruas durante as jornadas de junho, fiquei chocado. O Brasil parecia fora da ordem natural das coisas. Bastou uma eleição para que tudo voltasse ao lugar. Os meninos sem cultura democrática, afinal, estão tentando reeditar a marcha com a família e pela propriedade. Felizmente, não enfrentam gás lacrimogêneo nem cassetetes. Podem abrir sua faixas com tranquilidade enquanto tomam um sol.

Greve dos bancários mobilizou mais de 500 mil em todo o país

NAS GRANDES CIDADES ERA MAIS FÁCIL CRITICAR A DITADURA

Tupã – Praça da Bandeira

Em São Paulo, o período do fim do regime militar ainda era perigoso, mas havia muitas iniciativas de rebeldia. Não só na política, mas no comportamento e na arte. Na Rádio Excelsior FM, Maurício Kubrusly pilotava um programa no começo das madrugadas. Era o início dos anos 1980 e pelo dial ouvíamos música experimental e o novo som paulistano que trazia para nossos ouvidos o Premeditando o Breque, Língua de Trapo, Tetê Espindola, Itamar Assumpção, Arrigo Barnabé, Almir Sater e Grupo Rumo. Não era só na música que se percebia que a rigidez autoritária e moralista da ditadura começava a ceder por meio de rachaduras em quase todo seu corpo. Nas artes plásticas ocorria o mesmo, mas principalmente na literatura e no cinema.

Morangos Mofados, de Caio Fernando Abreu; Feliz Ano Velho, de Marcelo Rubens Paiva e a revista Rádice caíram como bombas de sensualidade no meio da juventude intelectualizada.

Os cinemas do Sesc eram uma fonte inesgotável – assim como a programação do Masp – de documentários e filmes malditos, como os de Pasolini. Lembro-me de um filme deste transgressor cineasta italiano – Salò ou os 120 dias de Sodoma (filme de 1975) – que me embrulhou o estômago, pois retratava, com muita liberdade, a decadência nazista.

Outro momento de ruptura foi a Mostra Internacional de Cinema de São Paul, criada em 1977 pelo crítico Leon Cakoff, que trabalhava como programador do Masp. O evento foi censurado, a ditadura militar não perdoava nada. Em 1984, a mostra processou judicialmente a União, reivindicando o direito de apresentar os filmes selecionados diretamente ao público, sem censura prévia. Ação ganha, a programação foi suspensa na primeira semana de sua 8ª edição, por quatro dias, tempo para os censores assistirem toda programação. Equipe de censores liderada por Ibrahim Abi-Ackel.

O fim da ditadura militar era este misto de tensão e festa experimental. Debates, discussões. Talvez algum estudante universitário não acredite, mas fazíamos fila na biblioteca da PUC-SP para podermos ocupar uma sala fechada utilizada por grupos de estudo. Mas não para estudar para provas. Estudávamos o Brasil. Filas de espera. Num sábado.

Rudá Ricci

As aulas de Marilena Chauí, na USP, eram concorridíssimas. Gente pendurada nas janelas, gente sentada no chão, sala lotada. As aulas de Nicolau Sevcenko na PUC-SP também geravam eletricidade. Defesa de tese era debatida como hoje se debate capítulo de novela global. Muitos intelectuais libertários estrangeiros apareciam nas universidades para conversar com os estudantes. Lembro-me de um bate-papo no Pátio da Cruz da PUC-SP com Félix Guattari, todos sentados no chão. Ou dos encontros no Sedes Sapientae, que acolhia inúmeras entidades de defesa de direitos civis e sociais e ofertava cursos em educação popular, análise institucional ou psicanálise.

Tudo era muito interessante, mas o clima era outro no interior do país. Quando eu retornava à minha terra natal, nos feriados ou férias, a história era outra. Era quando os "estudantes de fora" se encontravam na casa de um ou outro amigo que fazia seu curso universitário em outras paragens. O grupo fechado nos fazia parecer ainda mais com ETs. Nem todos se sentiam exilados em sua própria terra, mas era difícil aguentar aqueles carros enfileirados em algumas avenidas da nossa cidadezinha, todos com o som no talo, socializando músicas bregas ou algo que, mais tarde, ganharia o nome de sertanejo universitário (até hoje acho que esta denominação era alguma ironia que jogaram para cima de nós, os "estrangeiros").

Não era incomum ter algum "espião" de quinta categoria para gerar relatórios que anunciavam um oitavo selo que sequer fora citado pelo Apocalipse. O selo, no caso, éramos nós, os "estrangeiros". Alertas disparados por organizações quase secretas (afinal, o que é secreto numa cidadezinha do interior brasileiro?) "informavam" que estaríamos no caminho da perdição. Linguagem, leitura, gírias, vestimentas, comportamento, tudo se confundia na "cultura janeleira" (a bela expressão de João do Rio) que tudo vê e tudo fofoca.

Até tentávamos dialogar com os moradores de Saramandaia. Chegamos a criar uma associação cultural (a 13 de Maio) e um cineclube. Passávamos filmes às 22h (a tentativa do distribuidor para nos sabotar era limitar nossa exibição aos horários e dias menos promissores). Pegávamos um trem e escolhíamos os rolos de filmes em Botucatu. Produzíamos panfletos com comentários, anunciávamos em rádios e jornais locais. Sorteávamos prêmios (discos de música experimental que Iroan, irmão do famoso cineasta Inimá Simões, outro membro da confraria de nossa cidade, conseguia para nossa empreitada). Continuávamos estranhos. Mas lotávamos o cinema (o que quase resultou na demissão do gerente do cinema que nem com filmes pornográficos ou de artes marciais conseguia atrair tanta gente como nós conseguíamos).

O clima piorava quando vestíamos alguma camiseta com frases de campanhas por direitos sociais ou políticos ou de partidos de esquerda. Melhorava quando entrávamos em campo e jogávamos futsal ou qualquer outro esporte coletivo.

Por algum motivo, o interior do Brasil nasceu com identidade para ser conservador e achar que tudo o que é inovador ou questionador tem parte com o diabo.

Durante a ditadura, o clima pesava nas grandes cidades para a maioria dos jovens, mas também abria – ao menos já no início dos anos 1980 – fortes possibilidades libertárias. Algo nos dizia que a censura e o autoritarismo ignorante e ameaçador chegava ao seu fim e era hora de ocupar todos os espaços com o novo, seja lá o que fosse. Tudo parecia em aberto, a ser ocupado e reconstruído.

Menos no interior, nos grotões. Ali, a bruma pesada e viciada continuava tomando lugar em cada esquina, cada rua. Era mais escrachado, menos perigoso que as ameaças e ofensivas que se realizavam nas grandes cidades (afinal, ninguém é de ferro), mas imobilizava a juventude do mesmo jeito.

Nenhum de nós poderia imaginar que logo a capital paulista seria palco para alguns jovens pregarem a volta de quem nos perseguia sem motivo. O mundo deve ter girado tão rápido que embaralhou as ideias desses meninos.

Cartaz da primeira Mostra Internacional de Cinema de São Paulo

Revista Rádice

QUANDO O TELEFONE ERA GRAMPEADO COMO AMEAÇA

Você decide ligar para alguém (não existia celular naquela época) e tira o telefone do gancho. Ouve um eco. Algumas vezes, ouve sua própria voz. Mas, uma ou outra vez, até a respiração de alguém você ouve.

Naqueles dias de fim da ditadura, o abuso do poder era brincadeira dos pervertidos. Grampear não era uma investigação, mas uma ameaça. Um aviso mais sério. Dali por diante, você corria risco de vida.

No meu caso, percebi algo estranho depois que estourou a greve de Guariba, cidade do interior do Estado de São Paulo, no início de 1985. A região, entorno de Ribeirão Preto, era adornada por 37 usinas de açúcar e álcool, que contratavam seis mil boias-frias. Não havia nada que desse alento aos canavieiros. Até que despontou Zé de Fátima. Assim que criou o sindicato, 13 dos 16 diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Guariba foram demitidos pelos usineiros. De imediato, veio à tona uma pauta de reivindicações do STR, tendo à frente a readmissão dos sindicalistas, a manutenção do emprego na entressafra e o pagamento de 70,8% de diferenças salariais. Em seguida, veio a greve. As negociações foram muito difíceis, mas chegaram a um acordo: os canavieiros seriam cadastrados para trabalhar, durante a entressafra da cana, na colheita do amendoim, receberiam Cr$ 300 mil como salário-desemprego e todos os demitidos seriam reintegrados.

A greve terminou, mas os usineiros romperam o acordo, forçando os canavieiros a retomarem a greve, desta vez com piquetes nas seis saídas de Guariba. A PM é chamada. Foi aí que começou uma guerra como nunca havia sido presenciada naquela região: bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral foram detonadas, casas invadidas, muitos feridos por ação dos cassetetes (inclusive o secretário geral da CUT Estadual São Paulo) e um canavieiro morto. O confronto envolveu grande parte do movimento sindical. O Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo repudiou a ação da PM. A LIBELU – Liberdade e Luta, organização trotskista com relativa força política no movimento estudantil – aproximou-se de Zé de Fátima (que, mais tarde, se tornaria malufista).

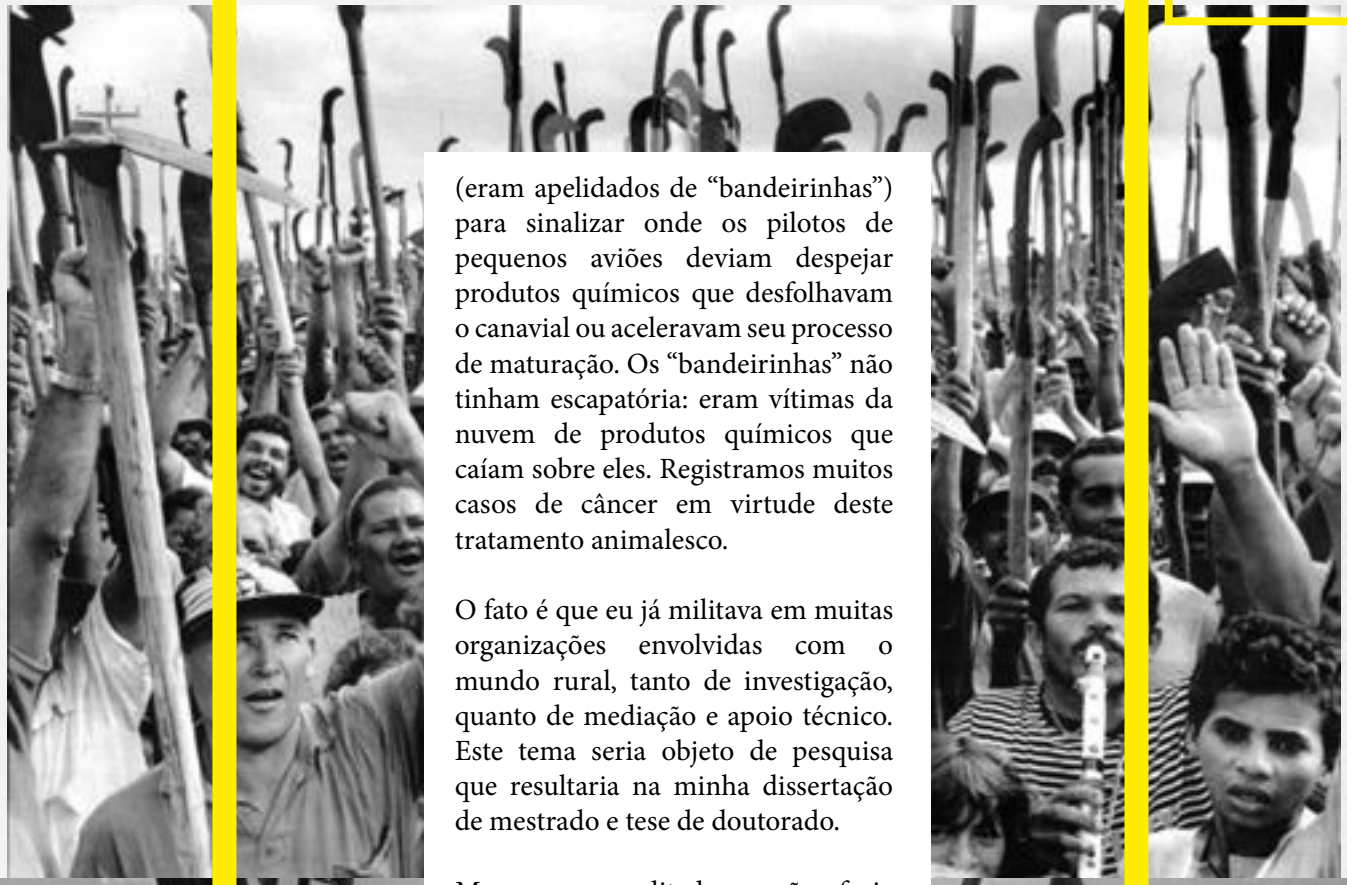
Ouvi Zé de Fátima falar num evento que foi realizado, se a memória não estiver me traindo, na USP. A frase final, teatral, foi: "nossa arma contra os usineiros é esta", e levantou um palito de fósforo.

No ano seguinte, estourou a greve dos canavieiros de Leme, também em São Paulo, que durou todo um mês. Dois mortos no confronto com a PM.

Eu já tinha muita proximidade com a Comissão Pastoral da Terra (me tornaria consultor nacional desta entidade alguns anos mais tarde) e com a Associação Brasileira de Reforma Agrária (me tornaria coordenador paulista desta entidade). Na ABRA, conheci José Gomes, pai de José Graziano e tio de Xico Graziano, conheci Plínio de Arruda Sampaio e José Eli da Veiga. Os debates sobre o mundo rural e a política de reforma agrária eram intensos, alimentados por pesquisas e papers vindos de todas partes do mundo, alguns financiados pelo PNUD (Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento) ou FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Havia quem pregasse a reforma agrária como estopim da revolução socialista (como Claus Germer e João Pedro Stédeli), mas este não era o foco da ABRA ou CPT. Na ABRA, o discurso hegemônico era de criação de uma classe média rural ou ações de correção fundiária como política social. Um texto de José Graziano divulgado na revista da ABRA nesse período das greves de canavieiros paulistas ("Mas, qual reforma agrária?") causou furor porque o autor sustentava que, do ponto de vista econômico, a reforma agrária já havia ocorrido no Brasil, modernizando o tradicional latifúndio improdutivo.

Todas essas entidades estavam presentes na região de Ribeirão Preto e apoiaram as greves dos canavieiros, que eram tratados de maneira desumana. Dez anos depois, o PNUD me contrataria para analisar o mercado de trabalho sucroalcooleiro e me deparei com situações estarrecedoras, como trabalhadores sem proteção alguma que seguravam bandeirolas coloridas

Primeiras manifestações pedindo Reforma Agrária

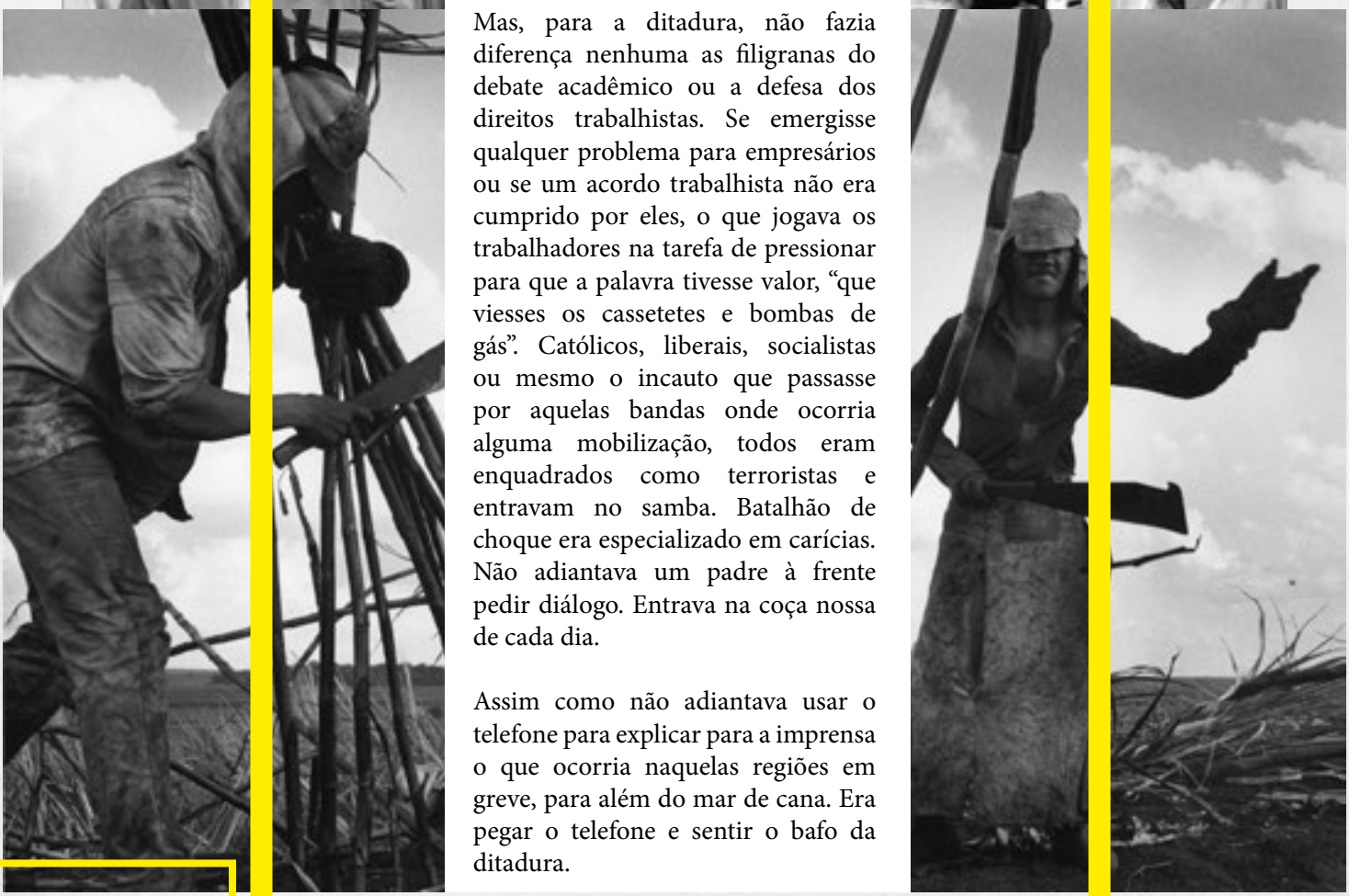


(eram apelidados de "bandeirinhas") para sinalizar onde os pilotos de pequenos aviões deviam despejar produtos químicos que desfolhavam o canavial ou aceleravam seu processo de maturação. Os "bandeirinhas" não tinham escapatória: eram vítimas da nuvem de produtos químicos que caíam sobre eles. Registramos muitos casos de câncer em virtude deste tratamento animalesco.

O fato é que eu já militava em muitas organizações envolvidas com o mundo rural, tanto de investigação, quanto de mediação e apoio técnico. Este tema seria objeto de pesquisa que resultaria na minha dissertação de mestrado e tese de doutorado.

Mas, para a ditadura, não fazia diferença nenhuma as filigranas do debate acadêmico ou a defesa dos direitos trabalhistas. Se emergisse qualquer problema para empresários ou se um acordo trabalhista não era cumprido por eles, o que jogava os trabalhadores na tarefa de pressionar para que a palavra tivesse valor, "que viesses os cassetetes e bombas de gás". Católicos, liberais, socialistas ou mesmo o incauto que passasse por aquelas bandas onde ocorria alguma mobilização, todos eram enquadrados como terroristas e entravam no samba. Batalhão de choque era especializado em carícias. Não adiantava um padre à frente pedir diálogo. Entrava na coça nossa de cada dia.

Assim como não adiantava usar o telefone para explicar para a imprensa o que ocorria naquelas regiões em greve, para além do mar de cana. Era pegar o telefone e sentir o bafo da ditadura.



Boias-frias em São Paulo

ESQUERDA ERA ESQUERDA, DIREITA ERA DIREITA

Uma das máximas que, vez ou outra, reaparece em terras tupiniquins é que na ditadura, a esquerda se unia. Mais ou menos. Quem levou surra de correntes dada pelos amiguinhos do MR-8 durante uma campanha pela eleição do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo não se recorda de tanta amizade. Mas havia a linha divisória, sem sombra de dúvida.

Esquerda era esquerda.

Em 1974, a esquerda guerrilheira havia sido dizimada. Não temos a contabilidade dos assassinados, mas é certo que foram mais de 500 vítimas desta sanguinária política de Estado financiada com impostos de cidadãos. Não há consenso sobre o número de torturados, mas se sabe que foram mais de 1.800, enjaulados em mais 240 prisões, clandestinas ou não.

O sadismo chegava próximo do pior submundo da insanidade, como na nomeação das salas de tortura do navio Raul Soares, rebocado do Rio de Janeiro até Santos. A prisão flutuante possuía três calabouços, batizados com nomes de boates:

"El Moroco, salão metálico, sem ventilação, ao lado da caldeira, ali os prisioneiros eram expostos a uma temperatura que passava dos 50 graus; Night in Day, uma pequena sala onde os presos ficavam com água gelada pelos joelhos; Casablanca, lugar que se despejava as fezes do navio. Os três calabouços eram usados para quebrar a resistência dos presos. Sindicalistas e políticos da Baixada Santista passaram pela prisão flutuante do Raul Soares, que foi desativada no dia 23 de outubro de 1964." (matéria "Tortura durante a ditatura militar atingiu 1.843 presos políticos", assinada por Alessandra Mello, do jornal Estado de Minas).

O fato é que a esquerda, na época dos estertores do regime militar, raramente falava em armas. Havia um grupo ou outro mais empolgado e anacrônico. Mas era traço. De 1974 a 1980, a quase totalidade dos agrupamentos (ou organizações de esquerda, cuja sigla "O" definia seu status de combate) já havia realizado sua autocrítica em relação às ações armadas que haviam afastado a luta pelo fim da ditadura dos temas de conversas de trabalhadores e população mais sofrida. Foi a senha para a aproximação com setores das igrejas católicas e protestantes, principalmente as envolvidas com os princípios da Teologia da Libertação. Muitas organizações não-governamentais e campanhas nasceram desta aliança. O trabalho de formação de lideranças foi se multiplicando país afora.

Navio-prisão Raul Soares

Por muito tempo ainda, as células semiclandestinas continuaram funcionando. Se encontravam em reuniões semanais para estudar documentos internos ou teóricos clássicos do marxismo ou para planejar e avaliar ações sindicais ou políticas. Todas as organizações de esquerda, contudo, já possuíam seus jornais distribuídos à luz do dia, o que facilitava a vida dos arapongas (bastando acompanhar a distribuição dos periódicos.

O que unia as esquerdas brasileiras era o fim da ditadura. Mas, em determinado momento, o debate sobre a construção de organizações autônomas dos trabalhadores e populações pobres dividiu a "grande família". Algumas organizações tradicionais da esquerda brasileira se consideravam representantes legítimos da classe operária e não entendiam os motivos para a criação

Rudá Ricci

Severo Gomes, ao lado de Ulisses Guimarães

Quércia aplaude Sarney. Ao lado, Antônio Carlos Magalhães

de organismos autônomos, não alinhados aos partidos e orientações de direções e cúpulas experimentadas. Renascia, no Brasil, a tradicional divergência sobre organizações de quadros ou organizações de massa. Outro tema que mais dividia que unia era a noção de "poder popular", um mantra para qualquer pessoa de esquerda e que também dividiu os dirigentes da revolução russa (alguns juram de pés juntos que este foi um dos motivos da ruptura de Che Guevara com Fidel).

Mas, a esquerda era esquerda.

Contra a ditadura, é verdade, havia alianças com liberais e até conservadores éticos, que repudiavam a violência de Estado, a censura e a arbitrariedade. Durante a campanha das Diretas Já!, conheci Severo Gomes. Um gentleman. Profundamente respeitoso e paciente. Não devia ser fácil tolerar os "barbudinhos" com faca nos dentes, perseguidos e marginalizados pelo poder dos militares e ricos. Mas, aquele senhor que tinha um estranho tique nervoso quando falava, era pedagógico e didático. E firme. Havia sido ministro em dois governos militares (Castelo Branco e Geisel), mas se converteu à luta pela democracia, como Teotônio Vilela, que de udenista e senador pela ARENA, se revelou "Menestrel das Alagoas".

Havia, ainda, os que usavam descaradamente a esquerda. Este era o caso de Orestes Quércia, que foi governador de São Paulo pelo PMDB. Numa das reuniões da Campanha das Diretas, na Assembleia Legislativa paulista, ouvi Quércia dizer, com um sorriso no canto da boca, que adorava trabalhar com a esquerda porque se matavam como poucos e nem pediam cachê. Nós, de esquerda, nos entreolhamos e focamos nosso melhor olhar irônico na meninada do MR-8.

A direita, contudo, era bem nítida. Primeiro, defendia o Estado Militar como garantidor da ordem social. Estado e nação se confundiam no seu discurso, tendo as armas como ameaça ao infantilismo doentio da sociedade civil. Erasmo Dias, o coronel violento da segurança pública paulista, quando retornou de uma visita à URSS, se revelou maravilhado. Fazia sentido. Também adotava a crença que a economia é um jogo técnico e, que se alguém tem que perder e se sacrificar, é o trabalhador. Em suma, o trabalhador sempre terá que agradecer pela surra porque é para o seu bem. Se a crise – informavam – se abatesse sobre as empresas, aí o mundo cairia porque não haveria como gerar empregos. Enfim, a lógica era simplória: perder empregos para gerar empregos no futuro. Entre um momento e outro, cada um que se virasse e pedisse ajuda ao santo favorito. Monetarismo e militarismo se uniam nesta unidade diabólica.

Havia, ainda, o discurso moralista que atacava a corrupção. Mas, cá entre nós, como hoje, era só discurso. O historiador Carlos Fico registrou entre 1968 e 1973, o período mais duro do regime militar, 1.153 processos abertos por corrupção no interior do governo. Entre os investigados ou condenados, "mais de 41% dos atingidos eram políticos (prefeitos e parlamentares) e aproximadamente 36% eram funcionários públicos". Nunca se roubou tanto no país. Por qual motivo? Porque num regime fechado, sem fiscalização ou possibilidade dos cidadãos controlarem os governos, forma-se uma cadeia de lealdades subterrâneas, um acobertando outro, o que facilita o deslize moral. Num regime fechado, o discurso contra a corrupção só vale para o outro.

Hoje, a direita costuma propagar que não há mais direita e esquerda. E a esquerda tenta roubar várias bandeiras da direita. Como dizia Alain Touraine sobre o Brasil: "Trata-se de um país peculiar: quem se diz socialista é socialdemocrata, quem se diz socialdemocrata é liberal, e quem se diz liberal é conservador". Ao menos, hoje, sabemos: quem se diz conservador é direita, com uma queda para ser fascista. É esse pessoal que pede a volta da ditadura em nosso país.

Rudá Ricci

QUANDO A DITADURA ACABOU

Campanha Diretas

Lula discursa em campanha das Diretas

Este é meu último artigo sobre a Ditadura Militar. Que acabou por inanição.

Sei que poderia criar uma frase mais épica e dizer que nós, da esquerda, fomos os únicos responsáveis pelo seu fim. Se tivesse sido, teríamos imposto uma transição mais ousada e democrática. Até o Pacto de Moncloa, na Espanha, foi mais arrojado que o ocorrido no Brasil.

O segundo choque do preço do barril de petróleo da década de 1970 – graciosamente patrocinado pela OPEP e guerras no Oriente Médio – obrigou os credores do Brasil – EUA à frente – a aumentar a taxa de juros de maneira irresponsável. Nossa dívida externa, assim como a da Polônia e outros tantos países dependentes do Primeiro Mundo, foi multiplicada por dez em poucos anos.

O regime militar definhou aceleradamente. As eleições parlamentares foram o termômetro desta falência generalizada de seus órgãos.

Após o primeiro golpe do preço do barril do petróleo, em 1974, os militares tentaram alternativas. Criaram o Proálcool. Na origem, o álcool deveria ser extraído de mandioca, aumentando a renda de agricultores familiares pobres. Até hoje, há uma fábrica modelo em Curvelo, interior mineiro, coberta pelo mato. Os poderosos da cana surrupiaram este investimento do Estado. E continuaram nesta linha torta, transferindo dívidas privadas, contraídas no exterior, para o Estado, via Instituto do Açúcar e do Álcool.

Rudá Ricci

Em 1977, estoura a Campanha contra a Carestia, que percorreu bairros de regiões metropolitanas. Os militares retrucaram com o Pacote de Abril, que em 1977 criou o senador biônico, que até hoje dificulta a compreensão sobre os motivos de votarmos em dois senadores numa eleição e apenas em um na próxima. Finalmente, a sequência de greves, lideradas pelos metalúrgicos do ABCD paulista. E a ditadura cedeu. Tentou parecer bondade. Mas, cedeu. Veio a anistia, ainda que restrita e perdoando os crimes cometidos pelo Estado. Dividiu o MDB em muitos partidos oposicionistas, tirou a legenda de Brizola. Não adiantou.

Na Campanha das Diretas já sentíamos que a onda quase encobria o regime militar. Eles resistiam. Não conseguimos aprovar a Emenda Dante de Oliveira, mas a multidão acompanhando a votação da emenda por meio de um telão instalado na Praça da Sé (São Paulo) era um sinal claro que os dias de ditadura estavam no seu final. Não dá para esquecer a Folha de S. Paulo publicando jornal mural (ao estilo maoísta) com informações frescas, colando-os nos tapumes e postes próximos da aglomeração na Sé. A Folha antecipava o que as redes sociais fariam anos mais tarde.

A ditadura definhava.

Mas, para mim, terminou mesmo em 1988.

Naquele ano, Luiza Erundina se elegeu prefeita de São Paulo. Contra todos poderosos, o que incluía a máquina da corrente majoritária do PT. Apoiada pelas correntes mais à esquerda e pela igreja católica, a vitória foi comemorada na Avenida Paulista.

Era noite, eu e Cláudia pegamos nosso carro e nos dirigimos para a Paulista. Próximos do palanque armado em frente ao MASP, reparei que ao nosso lado estava outro carro onde aparecia na janela um Zé Dirceu sorridente, acompanhado de outros dirigentes petistas. Zé foi meu colega de sala de aula na PUC-SP (eu, calouro, e ele, frequentando uma disciplina que faltava para conseguir seu diploma de advogado). Estivemos várias vezes juntos na construção do PT. Olhei para ele e trocamos o famoso punho cerrado em comemoração. Todos nós, com os olhos marejados. Naquele momento, disse para mim mesmo: "a ditadura acabou".

Campanha de Erundina na eleição para a Prefeitura de São Paulos

Rudá Ricci